



Supremo confirma competência do Congresso sobre bancadas

Para o senador Renan Calheiros, decisão do STF mantém separação republicana entre Poderes

Presidente do Senado e do Congresso, Renan cumprimentou o Supremo, que considerou inconstitucional resolução do Tribunal Superior Eleitoral alterando o tamanho das bancadas na Câmara. “Decisão prestigia a Constituição”, declarou. **3**



Ministros do Supremo decidiram, por 7 votos a 3, que TSE não pode definir tamanho das bancadas estaduais na Câmara



Renan chegou a classificar resolução do TSE como “bullying institucional”

Presidente sanciona piso para agentes de saúde

Agente comunitário terá de receber ao menos R\$ 1.014. Dilma também sancionou a lei que permite aos agentes e guardas prisionais portar arma de fogo fora do trabalho. **6**

Equipe de saúde atende doente em casa: agentes comunitários passam a ter piso salarial nacional



Artigo mostra o desafio de fazer políticas públicas eficientes **5**

Bolsas de estudo e de pesquisa poderão ser isentas de Imposto de Renda **6**

Renan destaca segunda fase de programa de ensino técnico **2**

25% das emendas individuais estão bloqueadas **5**



Gerente da Petrobras Alexandre Rabello fala à CPI sobre a Refinaria Abreu e Lima, ao lado de Vital do Rêgo e José Pimentel

Senadores cobram vinda de ministro a CPI

Os senadores da base aliada questionaram a recusa do ministro do TCU José Jorge em dar esclarecimentos pessoalmente à CPI que investiga denúncias de irregularidades

na Petrobras. Jorge, que foi ministro de Minas e Energia entre 2001 e 2002, se declarou impedido de comparecer por ser relator de processo sobre a refinaria de Pasadena. **7**

especial Cidadania

Congresso cogita liberação dos balões de São João

Para preservar a segurança contra incêndios, projeto da Câmara estabelece regras como tama-

nhos máximo do artefato e diâmetro da boca. Senador e bombeiro, no entanto, criticam a ideia. **8**



Balões estão relacionados às tradicionais festas juninas da cultura popular



Renan (C), ao lado do ministro da Educação, prestigiou solenidade no Planalto em que Dilma apresentou o Pronatec 2

Renan participa de evento para lançar novo Pronatec

Presidente do Senado acompanhou apresentação da segunda etapa do programa que visa ampliar a oferta de vagas no ensino técnico. Para ele, a iniciativa prepara o cidadão “para uma nova trajetória”

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou, terça-feira, no Palácio do Planalto, da cerimônia de lançamento oficial da segunda etapa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec 2).

— O Pronatec é um grande programa e, seja qual for a formação, quem faz os cursos oferecidos está pronto para iniciar uma nova trajetória e cada vez mais alcançar êxitos em suas vidas — salientou Renan.

O programa amplia a educação profissional e tecnológica no país. Ele dá aos alunos e trabalhadores bolsas de estudo ou a possibilidade de financiar cursos de qualificação técnica por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante

do Ensino Superior (Fies), inclusive em escolas privadas, desde que a instituição não tenha fins lucrativos. Nessa nova etapa, as disciplinas de cursos e treinamentos poderão ser validadas como crédito acadêmico em cursos superiores de tecnologia, conforme anunciado durante o lançamento.

Vagas

Até o fim do ano, a expectativa é que o total de matrículas chegue a 8 milhões. Na primeira etapa, 7,4 milhões de pessoas matricularam-se no ensino técnico.

Para a segunda etapa do programa, foi anunciado ainda o aumento no número de vagas ofertadas pelas principais entidades envolvidas,

as instituições do Sistema S, como o Senai, o Senac e o Senar.

O Pronatec foi criado pelo governo federal em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O programa oferece gratuitamente uma série de cursos técnicos e profissionalizantes. Eles atendem, majoritariamente, jovens de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou incompleto. São mais de 200 cursos técnicos e mais de 600 de qualificação profissional. Contando com orçamento de R\$ 14 bilhões, o Pronatec já está presente em mais de 4 mil municípios brasileiros.

(Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Suplicy destaca vagas na educação técnica



Para o senador, Pronatec tem papel decisivo e inclusivo para o cidadão

O lançamento do Pronatec 2 mereceu o registro de Eduardo Suplicy (PT-SP) em Plenário. Ele disse que a ideia do governo é oferecer mais 12 milhões de vagas em 220 cursos profissionalizantes e 646 de qualificação a partir de 2015. Até o final de 2014, afirmou, cerca de 8 milhões de pessoas

deverão estar matriculadas no Pronatec, que tem um papel “decisivo e inclusivo” por causa da gratuidade dos cursos.

— O ministro da Educação, Henrique Paim, lembrou a determinação da presidente da República em priorizar a formação empreendedora no Pronatec — salientou.

Simon é exemplo por manter-se íntegro, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) comentou em Plenário na quarta-feira a entrevista do colega Pedro Simon (PMDB-RS) ao jornal *O Globo* na semana passada. Cristovam disse que as opiniões emitidas por Simon sobre o sistema político deveriam ser acompanhadas pelos políticos jovens.

Cristovam lembrou que Simon tomou a decisão de não se candidatar a um quinto

mandato de senador e destacou a contrariedade do parlamentar gaúcho diante da “sem-vergonhice” em torno da troca de partidos e da falta de propostas políticas

sérias. Simon questionou a qualidade da democracia brasileira em face do nível de corrupção existente.

— Fica o exemplo de um homem que passou por aqui e, como ele próprio diz, sobreviveu íntegro — afirmou Cristovam.

Cristovam condenou as vaias na abertura da Copa à presidente Dilma Rousseff, classificadas por ele de “agressão” e “falta de cavalheirismo”.

Para Humberto, insulto a Dilma na Copa foi preconceito

Humberto Costa (PT-PE) lamentou os insultos dirigidos à presidente Dilma Rousseff na abertura da Copa, no dia 12.

Para ele, a presidente reagiu com dignidade à manifestação, que “partiu de uma minoria e foi erroneamente apoiada pela oposição”.

— Foi uma agressão abominável à chefe de Estado e um ato perverso e covarde contra uma mulher que não tinha ali nem mesmo o direito de se defender. Aquele ato externou o violento preconceito de uma minoria incomodada com governos que promoveram a ascensão de 80 milhões de cidadãos.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Vanessa elogia organização do evento e participação popular

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a organização da Copa do Mundo de 2014 e destacou a empolgação das pessoas em todos os jogos.

A senadora, que foi à Arena Amazônia assistir a Itália e Inglaterra, afirmou que jamais viu os moradores de Manaus tão animados.

Ela também disse estar emocionada com a integração dos torcedores de várias seleções.

— Tudo aquilo que assistimos e estamos vivendo até agora e os fatos, por si sós, desmentem a “fracassomania” disseminada por alguns setores — disse.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Anibal solidariza-se com a presidente por ofensas em estádio

Anibal Diniz (PT-AC) manifestou solidariedade à presidente Dilma Rousseff pelos insultos que recebeu de parte da torcida na abertura da Copa do Mundo, em São Paulo. Para ele, a atitude ultrapassa a barreira do legítimo direito de manifestação.

— Os xingamentos refletem um vexame à altura de seus autores. Não conseguimos, no entanto, ofuscar o brilho da estreia da seleção anfitriã ou diminuir a alegria dos presentes — afirmou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também condenaram os xingamentos.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Alvaro Dias pede rapidez para combate à enchente no Paraná

Alvaro Dias (PSDB-PR) prestou solidariedade ao povo paranaense, que sofre com as consequências das chuvas que atingem o estado.

O senador cobrou do governo federal ajuda para minimizar os danos causados pela tragédia, com menos burocracia e mais rapidez na liberação dos recursos públicos.

Segundo a Defesa Civil, mais de 183 cidades estão em situação de emergência e 2 outras já decretaram calamidade pública.

Alvaro Dias lembrou que um 1,2 milhão de pessoas foram atingidas pelas chuvas e disse que serão necessários R\$ 140 milhões somente para reconstruir as estradas destruídas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TERÇA
QUARTA
QUINTA
SEXTA

PLENÁRIO Debates
14h Sessão não deliberativa.

CPI DA PETROBRAS Diretora da ANP
10h15 A diretora da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard, presta depoimento à comissão.

CPI DA PETROBRAS Ex-presidente
13h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras ouve o ex-presidente da estatal José Sergio Gabrielli.

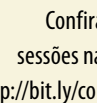
PLENÁRIO Pronunciamentos
9h Sessão não deliberativa

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

“O Judiciário está proibido de legislar, alegando que o Legislativo não atuou, da mesma forma que ao Legislativo e ao Executivo é vetado julgar querela judicial”, diz Renan



Plenário do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional resolução do TSE que redefiniu tamanho de 13 bancadas de deputados federais com base em dados populacionais do Censo 2010

Para Renan, STF reafirmou divisão de Poderes

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal (STF) derubando a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que redefiniu o tamanho das representações dos estados na Câmara dos Deputados representa a “reafirmação da supremacia do princípio republicano da divisão dos Poderes”. A opinião é do presidente do Senado, Renan Calheiros, que também preside o Congresso

Nacional. Segundo ele, a alteração feita pelo TSE havia sido uma “invasão de competência do Poder Legislativo”.

A medida do Supremo impede que se concretize o que Renan chegou a classificar de “bullying institucional”, em pronunciamento no Plenário em 28 de maio, um dia após a decisão do TSE.

— O TSE está impedido de fazer essa redefinição. A

competência para a edição de lei complementar é apenas do Congresso Nacional, e de ninguém mais. O Judiciário está proibido de legislar, alegando que o Legislativo não atuou, da mesma forma que ao Legislativo e ao Executivo é vetado julgar querela judicial — afirmou Renan na ocasião, apontando ainda a insegurança e intranquilidade causada pela resolução do TSE, às vésperas

das convenções partidárias.

A Resolução 23.389/2013, do TSE, alterou as bancadas de 13 estados, com base na aplicação de dados populacionais do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para o tribunal, a atualização seria possível nos termos da Lei Complementar 78/1993, que disciplina a fixação do número de deputados.

Na quarta-feira, o Supremo considerou inconstitucionais, por 7 votos a 3, tanto a resolução quanto a previsão da Lei Complementar 78.

Pela resolução, Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e Piauí perderiam cadeiras na Câmara, enquanto Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e Pará ganhariam vagas.

Por 7 a 3, ministros do Supremo julgam que TSE não pode definir tamanho das bancadas estaduais

Sete ministros julgaram inconstitucional a definição do tamanho das bancadas de deputados federais pelo TSE, em decisão tomada na quarta-feira passada. Votaram nesse sentido a ministra Rosa Weber, relatora de duas ações diretas de inconstitucionalidade sobre o tema, e os ministros Teori Zavascki, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Eles rejeitaram tanto a resolução do TSE que redefiniu as bancadas quanto a previsão da Lei Complementar 78, que dava ao TSE essa atribuição. Rosa Weber considerou que a lei complementar, ao não estabelecer os critérios de cálculo para definir as bancadas, impede a definição pelo TSE.

Já Gilmar Mendes, relator das demais ações, inclusive uma apresentada pela Mesa do Senado, entendeu que

a lei deu ao TSE o poder de fazer os cálculos e ressaltou que o Censo 2010 apontou mudanças significativas na população de vários estados. Ele foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli.

A resolução do TSE havia sido editada no ano passado e confirmada neste ano, apesar da promulgação, pelo Congresso, de um decreto legislativo que sustava os efeitos.

Em defesa da Constituição

Veja a íntegra da nota da Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado

“O presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros, cumprimenta o Supremo Tribunal Federal que, na data de hoje [18/6], em julgamento histórico, reafirmou a supremacia do princípio republicano da divisão de Poderes, reconhecendo a inconstitucionalidade da resolução do Tribunal Superior Eleitoral, editada com invasão da competência do Poder Legislativo de estabelecer o número de integrantes das bancadas federais por meio de lei complementar.

O presidente do Senado declarou que a decisão prestigia a Constituição federal, mostrando que o papel do Supremo Tribunal Federal é insubstituível no contínuo aperfeiçoamento do processo democrático. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar proibindo interferência do Poder Judiciário no processo legislativo, em clara manifestação em prol da legitimidade do Poder Legislativo de exercer livremente a sua competência.”



Ouvidoria

É fácil ser ouvido

!

A **Ouvidoria do Senado** é um órgão que busca fortalecer o exercício da cidadania e a aproximação da sociedade com o Parlamento. A Ouvidoria tem o objetivo de receber e dar o tratamento adequado a **sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios** da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. O órgão também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão interessado sempre terá retorno sobre as comunicações.

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia



Veja de perto o que acontece no Senado

Secom | Comark - Criação e Marketing

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



Serviços e informações disponíveis na página da TV Senado

Oito canais com sinal ao vivo da TV Senado com transmissões simultâneas de diferentes pontos da Casa

Canal 9 do Portal Terra transmite os eventos do Senado de grande apelo e interesse público

Informações sobre a programação e a recepção do sinal da TV

Grade de programação diária e destaques do fim de semana

Reportagens, trechos ou íntegras de programas e de coberturas realizadas, disponíveis para visualização e download

Formulário para envio de sugestões e (ou) reclamações

www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Erros técnicos bloqueiam emendas ao Orçamento 2015

Segundo governo, mais de 25% do valor total previsto nas emendas individuais contém problemas. Caso as falhas não sejam sanadas, montantes não irão para as obras sugeridas pelos parlamentares

COM UM PERCENTUAL correspondente a R\$ 1,65 bilhão de um total de R\$ 6,462 bilhões previstos para as emendas individuais ao Orçamento da União para 2015, mais de 25% do valor das emendas parlamentares foi declarado com impedimento técnico pelos especialistas do governo e pode deixar de se transformar em obras sugeridas por deputados e senadores. O governo enviou a Mensagem 7/2014, com a relação de emendas com recursos bloqueados.

Esse valor é bem inferior aos R\$ 8,6 bilhões utilizados pelos parlamentares como referência para apresentar emendas à proposta da Lei Orçamentária Anual (Lei 12.952/2014) para 2014. Os beneficiários das emendas, geralmente prefeituras, precisam acertar as pendências para celebrar os convênios com o Executivo.



Presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro citou as dificuldades dos prefeitos

Para o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), as emendas emperram por dificuldades nas prefeituras:

— Muitos dos nossos prefeitos, de quase 6 mil municípios, não têm condições técnicas e funcionários com capacidade técnica para apresentar as emendas em tempo hábil. Cabe ressaltar que muitos prefeitos não se

mexeram depois do anúncio da destinação dos recursos feito pelos parlamentares no Orçamento Geral da União de 2014.

Um motivo da pressa para deputados e senadores é a execução de emendas antes das eleições de outubro. A legislação eleitoral impede que as emendas sejam executadas até três meses antes do primeiro turno.

Os recursos de emendas com impedimentos técnicos estão bloqueados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Caso as irregularidades não sejam sanadas, o dinheiro deve ficar paralisado até 20 de novembro. Nesse caso, a destinação dos recursos poderá ser alterada. Poderão ir para obras de escolha do Executivo, conforme regra estabelecida na LDO 2014.

O presidente da CMO convocou a próxima reunião do colegiado para 1º de julho.

Regras para emendas

Pela Portaria Interministerial 40/2014, publicada no início de fevereiro, a emenda terá impedimento de ordem técnica para ser executada se:

- **beneficiário** e o **valor** da emenda não forem indicados
- **plano de trabalho** e as complementações não forem apresentados até 21 de março
- **plano de trabalho** for rejeitado
- **proponente** desistir da proposta
- **objeto** for incompatível com a ação orçamentária, o programa do órgão ou a entidade executora
- **valor proposto** for incompatível com o cronograma de execução do projeto
- outras razões de **ordem técnica**, com justificativa

Todas as informações sobre a avaliação das emendas e possíveis impedimentos serão incluídas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), usado para controlar a destinação das emendas

Fonte: CMO

Eficiência é desafio das políticas públicas, apontam consultores

O amadurecimento da sociedade democrática tem levado o Estado brasileiro a ser mais questionado acerca do desempenho e da efetividade das ações. A exigência dos cidadãos para um uso mais adequado dos recursos públicos e a busca pela eficiência nas atividades administrativas são assuntos tratados num estudo dos consultores do Senado Fernando Boarato Meneguim e Pedro Felipe de Oliveira Santos.

No artigo “Há incompatibilidade entre eficiência e legalidade?”, eles discorrem sobre os dois conceitos e analisam casos práticos, apresentando soluções para mais eficiência nas atividades administrativas.

Legalidade, de acordo com o texto, significa a submissão do Estado à lei, sujeitando os agentes públicos a obedecer normas que impedem desvios de finalidades, favoritismos, improbidades, abusos de poder e desmandos. Quanto à eficiência, o texto afirma que os estudos são pouco aprofundados. Especialistas

definem o tema como “de difícil controle” e chegam a criticar a inclusão do princípio da eficiência na Constituição, devido à imprecisão do termo.

Segundo o estudo, os contribuintes têm cobrado mais do poder público, requerendo que a prestação de serviços tenha qualidade e que o Estado aja com diligência para atender as demandas. No entanto, é comum ouvir no meio político discursos argumentando a dificuldade de conseguir eficiência devido às leis vigentes, que engessariam o administrador.

O artigo define que a lei é eficiente se os benefícios compensam seus custos. A eficiência será um dos maiores desafios para os três Poderes no tocante à criação e ao controle das políticas de melhoria da realidade socioeconômica. Os consultores consideram fundamental que, na discussão dos projetos, avaliem-se os impactos decorrentes da aplicação de uma nova lei.

Leia o estudo da consultoria: <http://bit.ly/EficienciaLegalidade>



Uso melhor de recursos públicos foi tema das manifestações do ano passado

Rolleberg registra insatisfação da população do DF com serviços básicos

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) ressaltou, na quarta-feira, a insatisfação da população do Distrito Federal em áreas como saúde, educação, segurança pública, cultura e mobilidade urbana.

O senador criticou o atual governo do DF, que teria gasto R\$ 2 bilhões na construção de um estádio, mas não investiu na melhoria da qualidade de vida da população. Ele chamou a atenção dos candidatos ao governo do DF para a necessidade de promoverem um debate transparente e de alto nível sobre alternativas de políticas públicas.

— A questão mais relevante hoje no Distrito Federal é a questão da gestão e da governança. Nós estamos vivendo um verdadeiro apagão de gestão no governo do Distrito Federal e isso se expressa pela irritação, pelo desejo de mudança da população. Temos um modelo ultrapassado de gestão nas administrações regionais. Isso é fato — afirmou.

O senador disse que o PSB vem, ao longo de um ano e meio, desenvolvendo um programa de governo para o DF com a realização de seminários regionais e a participação de mais de 2 mil pessoas na elaboração da proposta.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valdir Raupp cobra reconstrução de Rondônia e conclusão da BR-429

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse estar preocupado com a situação de Rondônia, que ainda aguarda ajuda do governo federal para recuperar o que foi danificado com as cheias do Rio Madeira.

Ele informou que o governador de Rondônia está em Brasília, onde se reuniu com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, para tratar da suspensão do pagamento da dívida do extinto Banco do Estado de Rondônia. Se houver essa suspensão, Raupp acredita que o estado terá mais dinheiro para recuperar as áreas destruídas.

O senador também cobrou sensibilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da empresa responsável pela obra de recuperação da BR-429 para que o trabalho seja finalizado rapidamente.

Segundo ele, faltam menos de 5% para a conclusão, restando inacabado apenas o trecho urbano na região de São Miguel do Guaporé. Essa demora, disse o senador, tem gerado revolta nos moradores do município, que hoje fecharam todos os acessos à cidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz critica paralisação das obras de rodovia no seu estado

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou, na quarta-feira, a paralisação das obras na BR-429 no trecho que corta o município de São Miguel do Guaporé.

Ele explicou que a reconstrução da rodovia foi interrompida porque a empresa Fidens abandonou a obra. O senador condenou esse tipo de atitude e pediu a punição, não somente da empresa, mas também dos engenheiros responsáveis pela reconstrução.

— Me preocupa muito esse tipo de situação em que uma empresa vence uma licitação e depois desiste de fazer a obra ou então abre falência logo após vencer a licitação, deixando populações inteiras no abandono com obras inacabadas. Já vim aqui no Plenário criticar esse tipo de situação por diversas vezes — disse o senador.

Gurgacz apoiou a iniciativa dos moradores de São Miguel do Guaporé que bloquearam a rodovia como forma de protesto diante da situação. O senador informou que está em contato com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), acrescentando que a melhor solução para o caso é repassar a execução da obra para o Exército.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dilma sanciona 2 projetos aprovados pelo Senado

A presidente Dilma Rousseff sancionou na semana passada dois textos que haviam sido aprovados no Congresso Nacional. Um deles é a lei que estabelece um piso salarial para os

agentes comunitários de saúde em todo o Brasil — o salário da categoria agora não pode ser inferior a R\$ 1.014 para uma jornada semanal de 40 horas. A outra nova lei é a que permite aos agentes e guardas

prisionais portar arma de fogo fora do horário de trabalho, com o objetivo de aumentar-lhes segurança. Dilma, porém, vetou o dispositivo que garantiria o mesmo direito aos guardas portuários.

Agentes de saúde ganham piso salarial

Os agentes comunitários de saúde passaram a ter, na quarta-feira, um piso salarial em todo o país. O valor é de R\$ 1.014. Ao sancionar o piso, porém, a presidente Dilma Rousseff vetou o dispositivo que tratava do reajuste do valor.

O piso foi aprovado em maio pelo Senado com parte das mudanças feitas pela Câmara dos Deputados (SCD 270/2006) ao projeto original, do ex-senador Rodolpho Tourinho.

A lei decorrente da sanção (Lei 12.994/2014) garante o valor mínimo de R\$ 1.014 a todos os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, vinculados à União, aos estados e aos municípios, com jornada de 40 horas semanais.

Um dos pontos mais debatidos pelos senadores, no entanto, permanece indefinido:

o critério de atualização do piso. De acordo com o texto da Câmara, a partir de 2015 o piso seria reajustado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes — mesma sistemática aplicada ao salário mínimo.

Os senadores derrubaram a regra e definiram que os reajustes seriam estabelecidos por decreto do Executivo, o que acabou vetado por Dilma sob alegação de afronta à Constituição.

Na votação no Senado, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), Roberto Requião (PMDB-PR) e José Agripino (DEM-RN) alertaram para o risco de a conquista do piso ser “congelada no tempo” e “corroída pela inflação”.

— De nada adianta a previsão de um piso nacional se não tiver a previsão da correção desse piso quando ele for deteriorado pela inflação. Direitos têm que ser inteiros. Não é direito quando é feito pela metade — afirmou Raulo.

De acordo com a lei, a União deverá ajudar os estados e municípios a cumprir o piso.

Foi vetado o dispositivo que definia limites para a concessão de incentivos ao fortalecimento de políticas afetas à atuação de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias.

Outro ponto vetado foi o prazo de 12 meses para a elaboração, nos estados e municípios, de planos de carreira. Segundo Dilma, “obrigar outros entes a elaborar planos de carreiras viola o princípio da separação dos Poderes”.



Agentes vigiam prisão de Salvador: porte de arma autorizado fora do trabalho

Guardas prisionais poderão portar arma fora do serviço

Agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo legalmente fora de serviço. A medida, aprovada pelo Senado em maio, consta da Lei 12.993/2014, sancionada pela presidente Dilma Rousseff na terça-feira passada.

Dilma vetou, no entanto, a concessão do mesmo direito aos guardas portuários, que havia sido incluída durante a tramitação da proposta do Executivo (PLC 28/2014) no Congresso.

De acordo com a nova lei, agentes e guardas prisionais ficam autorizados a portar arma de fogo, particular ou fornecida pela corporação, desde que cumpram três

requisitos: enquadramento em regime de dedicação exclusiva, formação funcional (nos termos de regulamento a ser adotado) e subordinação a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

Ao vetar o direito aos guardas portuários, Dilma argumentou que nessa categoria não há as mesmas condições que justificam o porte de arma para agentes e guardas prisionais. Assim, a medida “poderia resultar em aumento desnecessário do risco em decorrência do aumento de armas em circulação”, contrariando a política nacional de combate à violência e o Estatuto do Desarmamento.



Agentes comunitários de saúde comemoram no Senado, em maio deste ano, a aprovação do piso salarial da categoria

Proposta livra bolsas de estudo e pesquisa de cobrança de IR

Começou a tramitar na semana passada no Senado um projeto de lei que isenta do Imposto de Renda (IR) as bolsas de estudo e de pesquisa quando representem a única fonte de renda do beneficiário e sejam recebidas exclusivamente para essas finalidades. A proposta é de Alfredo Nascimento (PR-AM).

De acordo com o PLS

207/2014, as bolsas ficarão isentas independentemente de se caracterizarem como doação, de os resultados da atividade representarem vantagem para o financiador ou de importarem contraprestação de serviço. A isenção se restringe a R\$ 100 mil anuais.

O autor propõe a modificação da Lei 9.250/1995, que isenta do IR as bolsas de

estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador nem importem contraprestação de serviços. Segundo Nascimento, pela norma atual, caso uma empresa decida oferecer uma bolsa de estudo a empregado para estudar no exterior, a Receita Federal fará incidir

IR sobre os valores recebidos pelo bolsista.

— Essa tributação é injusta e deve ser afastada, de forma a estimular a utilização desse importante instrumento de financiamento de estudo, da ciência e da pesquisa — afirmou.

A proposta aguarda recebimento de emendas na Comissão de Educação (CE).



Alfredo Nascimento, autor da proposta: “tributação injusta”

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Ministro encaminhou ofício à CPI se declarando impedido de atender convite sob a alegação de que é relator no TCU de processos relativos à compra da refinaria de Pasadena

Senadores cobram presença do ministro José Jorge na CPI da Petrobras

OS SENADORES DA base aliada voltaram a cobrar a presença do ministro do TCU José Jorge na CPI que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras. Na quarta-feira, antes do depoimento do engenheiro Alexandre Rabello, gerente de Engenharia de Custos da estatal, os parlamentares questionaram a recusa do ministro em dar esclarecimentos pessoalmente à CPI.

Sob a alegação de que relata no tribunal processos relacionados à compra da refinaria de Pasadena (EUA), José Jorge encaminhou ofício declarando-se impossibilitado de atender o convite aprovado pela comissão.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), chegou a pedir o afastamento do ministro da relatoria do processo e mencionou notícias citando José Jorge como réu em uma ação que apura prejuízo sofrido



Presidente e relator, Vital e Pimentel conversam durante reunião da CPI

pela estatal brasileira numa operação com a Repsol-YPF. José Jorge foi ministro de Minas e Energia em 2001 e 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso, e integrante do Conselho de Administração da Petrobras.

— Ele deveria ter sido declarado suspeito para ser o relator de quaisquer processos relativos à Petrobras, exatamente pelo fato de haver

sido ministro e presidente do Conselho de Administração da Petrobras e de estar arrolado em um processo, segundo dizem os jornais hoje, de venda de ativos da Petrobras à Repsol, que teria levado a um prejuízo de R\$2,5 bilhões — afirmou Humberto.

O relator da CPI, José Pimentel (PT-CE), disse não entender o motivo da recu-



José Jorge, do TCU, integrou Conselho de Administração da Petrobras

sa do ministro para falar à comissão:

— Entendo que todo aquele que tem informações sobre nossa investigação e pode colaborar deve comparecer. Não entendo por que um ministro que assessora o Congresso se nega a vir prestar esclarecimentos, o que traria muitos subsídios para essa CPI — afirmou o senador.

Informações da Justiça são compartilhadas

Ao abrir a reunião, o presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, deferiu pedido de compartilhamento de informações referentes à Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que resultou na prisão de Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef.

A comissão passa a ter acesso aos autos da ação penal e do inquérito, bem como a informações relativas a operações de buscas e apreensão e quebra de sigilo. Vital informou que a CPI vai preservar o segredo de Justiça, e a presidência terá controle dos dados sigilosos.

A próxima reunião da CPI do Senado está marcada para amanhã, quando será ouvida a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard.

Diretor esclarece pouco sobre Abreu e Lima

O depoente da quarta-feira, o gerente de Engenharia de Custos da Petrobras, Alexandre Rabello, não respondeu várias perguntas feitas pelo relator, José Pimentel (PT-CE) sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ele alegou que as informações não diziam respeito à sua área de atuação.

— O investimento como um todo se compõe de outras partes que não passam pela área de engenharia de custos. Os ativos para os quais foram feitas estimativas de custos e que foram licitados, esses podemos afirmar que estão, na visão da Petrobras, compatíveis com os valores do mercado — disse Rabello.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o valor inicial da obra foi estimado em US\$ 2,4 bilhões, mas o custo já chega a US\$ 18 bilhões.

Auditoria iniciada em 2008 pelo TCU verificou irregularidades na elaboração

do projeto e na execução das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação da unidade industrial. Faturas de serviços não previstos originalmente e aditivos de contratos também estão sob suspeita.

No que diz respeito ao trabalho de fiscalização do TCU, ele não soube dar detalhes, mas destacou que existem debates técnicos em andamento entre a Petrobras e o tribunal. Um deles se refere à “impeditividade”, que é o tempo estimado pelo qual o trabalhador fica impedido de atuar na operação de máquinas ou na frente de serviço.

Alexandre Rabello acrescentou que não conhece pessoalmente Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, preso duas vezes pela Polícia Federal sob acusação de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, crimes relacionados à construção da Refinaria Abreu e Lima.



Gerente de Engenharia de Custos da estatal, Rabello depõe aos senadores

Comissão já ouviu presidente e sete ex-dirigentes

Alexandre Rabello é a oitava pessoa a dar explicações à comissão de inquérito que funciona no âmbito do Senado. Antes dele, a CPI já recebeu o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli; os ex-diretores da área Internacional Nestor Cerveró e Jorge Luiz Zelada; a presidente da estatal, Graça Foster; o ex-gerente-executivo Luis Carlos Moreira da Silva; o diretor de Segurança Empresarial, Pedro Aramis de Lima Arruda; e Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento, preso duas vezes pela Polícia Federal sob acusação de corrupção.

Sem quórum, CPI mista adia reunião

Foi adiada por falta de quórum a reunião da CPI Mista da Petrobras prevista para a quarta-feira passada. A reunião deveria apreciar mais de 350 requerimentos, entre os quais o que pede quebra de sigilos do doleiro Alberto Youssef. A próxima reunião não tem data.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que só a prorrogação no prazo de trabalho permitirá à comissão alcançar resultados efetivos. A CPI tem 180 dias para apresentar o relatório. O prazo termina em novembro, após o segundo turno das eleições.

— Enquanto a Copa existir, a CPI perde de goleada. É impossível viabilizar uma CPI em meio a uma Copa. E depois

teremos o recesso e a campanha eleitoral. Só vejo oportunidade de a CPI produzir se ela for prorrogada para depois das eleições. Até outubro, é impossível fazer a CPI produzir — lamentou.

Para o senador, a CPI mista foi inviabilizada pela estratégia do governo de protelar o início dos trabalhos.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), a CPI mista não tem funcionado por culpa da oposição. Segundo o senador, os governistas estavam presentes na reunião da quarta.

— Esse argumento [de que o governo que inviabilizou os trabalhos] é o argumento do choro, daqueles que não vão conseguir seu objetivo de desgastar o governo — afirmou.

Alvaro quer apuração em refinaria no PR

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou das autoridades a apuração de denúncias de desvio de dinheiro público nas obras de ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR). Segundo ele, o esquema foi semelhante ao que teria ocorrido na Refinaria Abreu e Lima (PE). Alvaro lembrou que, em 2009, havia pedido à Procuradoria-Geral da República que apurasse as denúncias.

De acordo com o senador, o Tribunal de Contas da União (TCU) aponta superfaturamento de R\$ 800 milhões no Paraná e o Judiciário calcula R\$ 1,3 bilhão.

Em relação à investigação pelo Congresso de irregularidades relacionadas à Petrobras, afirmou que o governo conseguiu o que queria: adiar ao máximo o início da apuração. Com isso, observou, os fatos só virão à tona se os trabalhos das duas CPIs (uma do Senado e a outra mista) forem prorrogados para além das eleições.

— Não alimentamos esperança de que essa CPI possa apresentar qualquer novidade. Nos resta acreditar na eficiência do trabalho do Ministério Público, da Polícia Federal e da Justiça Federal para que seja possível a responsabilização civil e criminal dos responsáveis.



Alvaro Dias, do PSDB-PR, cobrou das autoridades a apuração de denúncias de desvio de dinheiro público nas obras de ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR).

Projetos aparentemente antagônicos preveem aumento da punição para baloeiros e regulamentação da atividade relacionada à cultura popular das tradicionais festas de “arraia”

Balões juninos sobem na pauta do Congresso

Marcio Maturana

QUEM OLHAR PARA o céu na noite de hoje pode ver mais que estrelas. É Dia de São João, e os balões de festa junina — ou balões de São João — continuam subindo em todo o Brasil, apesar de proibidos desde 1998. São acusados de provocar incêndios e de prejudicar a aviação. A tradição trazida de Portugal se mantém nos meses de inverno principalmente no Nordeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Sensível à questão, o Congresso analisa dois projetos de lei: um que aumenta a punição para quem solta balão (PL 753/2011) e outro que regula a soltura de balões (PL 6.722/2013). Curiosamente, os dois projetos foram apresentadas pelo mesmo parlamentar: o deputado Hugo Leal (Pros-RJ).

— Primeiro apresentei o projeto que aumenta as penas. Logo comecei a receber mensagens de várias pessoas, entidades, associações, todos os setores, até bombeiros. Estudei o assunto e apresentei o segundo projeto sem retirar o primeiro porque temos que diferenciar o balão criminoso, maior, que muitas vezes carrega fogos de artifício e coloca em risco florestas e locais com combustíveis, daquele balão de festejo, chamado japonês, o balão junino da cultura popular — explicou o deputado.

Amigos e críticos

Uma das associações que ajudaram a elaborar o segundo projeto foi a Sociedade Amigos do Balão, com sede no Rio de Janeiro. O presidente da entidade, Marcos Real, garante que os parâmetros propostos (comprimento máximo de dois metros, boca para bucha com diâmetro de pelo menos 15% do tamanho) resultam em balões incapazes de causar incêndios. Ele estima que 100 mil balões sejam soltos anualmente no Brasil e diz que não há um só registro de acidente aéreo causado por balão.

— Em nenhum país do mundo existe proibição total como a que existe no Brasil. Há no máximo uma restrição para determinado período do ano. Agora em julho vou ao México para um festival de balões, com todas as despesas pagas pelo governo mexicano. Em Mianmar [antiga Birmânia], a soltura de balões faz parte do circuito turístico oficial.

O senador Humberto Costa (PT-PE) discorda da estimativa de Real. Representante de um estado onde é forte a tradição



Projeto de regulamentação mantém proibição de balões de grandes proporções, como o que caiu em 2013 na área rural de Jundiaí (SP) e interrompeu a energia elétrica

das festas juninas, ele garante que não vê ninguém soltando balões nessas ocasiões.

— Essa prática é decrescente graças à proibição. Eu considero um equívoco flexibilizar a lei. Balão traz problemas em relação à aviação civil e cria possibilidade de incêndios em áreas urbanas e florestais — disse o senador.

Major do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Ester dos Santos concorda com Humberto e ressalta que balões costumam ser soltos justamente na época de estiagem, quando a seca faz o fogo se propagar mais facilmente. Ela questiona a flexibilização da lei.

— Que pesquisa foi feita para determinar qual tipo de balão pode ser solto? O projeto tenta se justificar apenas pela preservação da cultura popular, sem dados científicos sobre riscos. Além disso, a fiscalização fica complicada: não tem como olhar para o céu e saber se determinado balão é autorizado ou não.

Realmente não houve um trabalho científico para detectar qual é o balão seguro. O autor do projeto e o presidente da Sociedade Amigos do Balão informam que os limites de tamanho sugeridos foram determinados com base na experiência dos baloeiros.

Sem fogo

Outra opção para manter a cultura popular nas festas juninas são os balões sem fogo — admitidos por leis municipais em metrópoles como Rio de Janeiro (Lei 5.511/2012),

Niterói (Lei 92/2012), São Gonçalo (Lei 485/2013) e São João de Meriti (Lei 1.860/2012), no estado do Rio de Janeiro, e Cerro Azul (Lei 27/2012), no Paraná. No estado de São Paulo, a ideia está sendo votada pela Assembleia Legislativa (Projeto de Lei 469/2012).

O balão sem fogo, construído com material biodegradável, é inflado com ar quente — geralmente por meio de maçarico —, mas não carrega bucha, cangalhas inflamáveis nem fogos de artifício. O que o mantém por mais tempo no ar, percorrendo distâncias maiores, é o fato de ter tons escuros na parte superior, fazendo o papel absorver o calor do sol e assim preservar o ar interno mais leve que o externo.

Festivais

O fato de o balão sem fogo — também chamado de balão ecológico — ser autorizado em várias cidades propiciou o surgimento de festivais, mas sempre com necessidade de autorização prévia. Em geral, é necessária a liberação do corpo de bombeiros, da Aeronáutica e da polícia militar. A aviação civil também precisa autorizar eventos desse tipo para que o tráfego aéreo não seja prejudicado.

— O balão sem fogo está sendo uma boa mudança de hábito. A receptividade está sendo muito boa, total. Mas é preciso lembrar que funciona apenas durante o dia e depende de cor, volume, lastro e sol — explicou Marcos Real, da Sociedade Amigos do Balão.

O que os projetos em análise mudam na legislação atual

Fabricar, vender, transportar e soltar balões com fogo é crime cuja pena vai de um a três anos de detenção, além do pagamento de multa. Essas punições são previstas no artigo 42 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). O PL 753/2011 muda a punição para reclusão de dois a quatro anos e multa. O deputado justificou a proposta dizendo que as penas atuais não têm inibido a prática. Além de os tempos mínimos e máximos no projeto serem maiores que os em vigor, reclusão é pena mais grave que detenção, pois pode ser aplicada em regime fechado. A detenção, a princípio, só admite regime aberto ou semiaberto.

A outra proposta, que pretende regulamentar os balões, limita a soltura aos meses de junho e julho, em festas juninas. Estabelece as características dos artefatos “sem potencialidade de causar incêndio”. Segundo o projeto,

não há risco quando o balão for artesanal e feito de papel de seda, com comprimento de até 200 centímetros, diâmetro de boca correspondente a, no mínimo, 15% do tamanho do balão e mantido no ar por meio de tocha, mecha ou bucha autoextinguível, feita com algodão e parafina, pesando até 150 gramas.

Para evitar problemas no tráfego aéreo, o projeto determina que o balão tenha equipamento refletor de radar e sinal luminoso estroboscópico ou similar a ser definido pela autoridade aeronáutica, além de equipamento de rastreamento. Os responsáveis pelo balão terão que providenciar a recuperação do artefato.

Considerando o balão como elemento da cultura popular, a proposta diz que a proibição contraria a Constituição e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco.

Saiba mais

Projeto que regulamenta a soltura de balões (PL 6.722/2013)
<http://bit.ly/projeto6722>

Projeto que aumenta a punição para quem soltar balões (PL 753/2011)
<http://bit.ly/projeto753>

Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998)
<http://bit.ly/Lei9605>

Estatísticas de ocorrências dos bombeiros do Distrito Federal (2013)
<http://bit.ly/relatorioBombeiros>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania